



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL
DE
PAMPILHOSA DA SERRA

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 13/02/2017
(Contém folhas)

ATA Nº 03

Estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente:	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
Vereador:	Jorge Alves Custódio	(PSD)
Vereador:	João dos Santos Alves	(PSD)
Vereador:	Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé	(PSD)
Vereador:	Carlos Manuel Nunes Alegre	(PSD)

Faltaram os seguintes membros:

Presidente:
Vereadores:



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO DE 13/02/2017

ATA Nº 03

----- Aos treze dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezassete, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores, Jorge Alves Custódio, Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé, João dos Santos Alves e Carlos Manuel Nunes Alegre. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver “quorum” para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A ata da reunião ordinária realizada no dia 30 de janeiro de 2017 foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA E DOS SENHORES VEREADORES

1.1.1 - Junta de Freguesia de Pampilhosa da Serra
- Agradecimento

----- Foi presente um ofício da Junta de Freguesia de Pampilhosa da Serra, do seguinte teor: -----

----- “ A Freguesia de Pampilhosa da Serra há já alguns anos que usufrui das garagens das antigas oficinas da Câmara Municipal, nomeadamente os portões nº 3 e 4. -----

----- Durante esses anos garantiu que pudéssemos ter espaços condignos para arrumar alguns dos bens desta Autarquia. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Como é do conhecimento de V.Ex^a, de momento já possuímos instalações próprias que servem de armazém onde podemos armazenar todos os bens pertencentes a esta edilidade. -----
----- Neste sentido somos a agradecer a cedência das instalações anteriormente mencionadas, tendo já entregue as chaves ao senhor Vice Presidente. Com os mais respeitosos cumprimentos". --
----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

1.1.2 - E-mail de Daniel dos Reis Gaspar

- Pedido de informação sobre a antiga casa da Professora e Escola de Seladinhas

----- O Sr. Presidente da Câmara informou o restante Executivo, que recebeu um e-mail do Senhor Daniel dos Reis Gaspar, datado de 31 de janeiro de 2016, do seguinte teor: -----
----- "Sou natural de Seladinhas, onde habitualmente estou durante as férias de verão. No verão passado vi o estado em que estava a antiga casa da professora assim como a escola de Seladinhas e gostava de saber se tencionam vender estes dois edifícios." -----
----- A Câmara Municipal tomou conhecimento do conteúdo do mesmo e informará o município da decisão que a mesma irá ter com os referidos imóveis. -----

II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2 - CÂMARA MUNICIPAL

2.1 - Início de Procedimento de Elaboração de Projeto de Regulamento de Apoio ao Associativismo Local do Município de Pampilhosa da Serra

----- Pelo Senhor Presidente da Câmara foi presente a seguinte proposta: -----
----- O associativismo assume, cada vez mais, um papel essencial no desenvolvimento local, mormente a nível educativo, social, cultural, recreativo, desportivo e juvenil, revelando-se estas estruturas, pela sua proximidade aos cidadãos e pela crescente oferta de atividades por si promovidas, como meios privilegiados de fomento de uma cidadania ativa; -----
----- Nesta senda, pretende o Município de Pampilhosa da Serra continuar a apoiar o movimento associativo, potenciando o desenvolvimento das atividades por si promovidas na área do concelho de Pampilhosa da Serra, nas suas várias vertentes; -----
----- Para que tal apoio se norteie pelos princípios estruturantes da ação administrativa, como o da legalidade, da prossecução do interesse público, do livre acesso, da igualdade, da imparcialidade e da transparência, torna-se indispensável proceder à regulamentação



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

da atribuição de apoios e subsídios, pela Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, ao associativismo do Concelho; -----

----- De acordo com as alíneas k), o) e u) do nº 1 do art. 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal: -----

----- a) Elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal os projetos de regulamentos externos do Município; -----

----- b) Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município; -----

----- c) Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município; -----

----- Determina o nº 1 do art. 98º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro, que o início do procedimento de elaboração de um regulamento seja publicitado na internet, no sítio do Município, com a indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, do seu objeto e da forma como se deve processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento. -----

----- Face ao exposto, **tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra que**, no uso dos poderes regulamentares conferidos às autarquias locais pelo artigo 241º da Constituição da República Portuguesa, do nº 1 do art. 98º do CPA e no âmbito da competência prevista na alínea k) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, delibere: -----

----- 1. Dar início ao procedimento de elaboração do Regulamento de Apoio ao Associativismo Local do Município de Pampilhosa da Serra, que deverá conter normas jurídicas gerais e abstratas, com vista a estabelecer os procedimentos e critérios a adotar para a atribuição de apoios e subsídios, por parte da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra; -----

----- 2. Proceder à publicitação no sítio do Município, na Internet do início do procedimento, nos moldes previstos no artigo 98º do CPA; -----

----- 3. Que a constituição, como interessados, no procedimento da elaboração do Regulamento se processe por meio de requerimento endereçado ao Presidente da Câmara Municipal, identificando devidamente o requerente e o procedimento, por correio postal, remetido pela Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, Rua Rangel de Lima, 3320-229 Pampilhosa da Serra, ou por via eletrónica para municipio@cm-pampilhosadaserra.pt, no prazo máximo de 10 dias a contar da publicitação, no sítio do Município na Internet, do início do mesmo; -----

----- 4. Que a apresentação e contributos para a elaboração do Regulamento se processe



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

por meio de requerimento endereçado ao Presidente da Câmara Municipal, identificando devidamente o requerente e o procedimento, por correio postal, remetido para Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, Rua Rangel de Lima, 3320-229 Pampilhosa da Serra, ou por via eletrónica para municipio@cm-pampilhosadaserra.pt, no prazo máximo de 10 dias a contar da publicitação, no sítio do Município na Internet, do início do mesmo. -----

----- **Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar:** -----

----- 1. Dar início ao procedimento de elaboração do Regulamento de Apoio ao Associativismo Local do Município de Pampilhosa da Serra, que deverá conter normas jurídicas gerais e abstratas, com vista a estabelecer os procedimentos e critérios a adotar para a atribuição de apoios e subsídios, por parte da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra; -----

----- 2. Proceder à publicitação no sítio do Município, na Internet do início do procedimento, nos moldes previstos no artigo 98º do CPA; -----

----- 3. Que a constituição, como interessados, no procedimento da elaboração do Regulamento se processe por meio de requerimento endereçado ao Presidente da Câmara Municipal, identificando devidamente o requerente e o procedimento, por correio postal, remetido pela Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, Rua Rangel de Lima, 3320-229 Pampilhosa da Serra, ou por via eletrónica para municipio@cm-pampilhosadaserra.pt, no prazo máximo de 10 dias a contar da publicitação, no sítio do Município na Internet, do início do mesmo; -----

----- 4. Que a apresentação e contributos para a elaboração do Regulamento se processe por meio de requerimento endereçado ao Presidente da Câmara Municipal, identificando devidamente o requerente e o procedimento, por correio postal, remetido para Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, Rua Rangel de Lima, 3320-229 Pampilhosa da Serra, ou por via eletrónica para municipio@cm-pampilhosadaserra.pt, no prazo máximo de 10 dias a contar da publicitação, no sítio do Município na Internet, do início do mesmo. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3 - DIVISÃO FINANCEIRA

3.1 - SECÇÃO FINANCEIRA

3.1.1 - Resumo Diário de Tesouraria



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria respeitante ao dia 09 de fevereiro de 2017, que apresenta os seguintes valores / total de disponibilidades: -----
----- De operações orçamentais: 1.794.299,59 € (um milhão, setecentos e noventa e quatro mil duzentos e noventa e nove euros e cinquenta e nove cêntimos); -----
----- De operações não orçamentais: 254.055,03 € (duzentos e cinquenta e quatro mil e cinquenta e cinco euros e três cêntimos), num total de 2.058.648,61 € (dois milhões cinquenta e oito mil seiscientos e quarenta e oito euros e sessenta e um cêntimos).-----
----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.1.2 – 1ª Revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano 2017

----- Foi presente a 1ª Revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano 2017, em que constam os seguintes valores: -----
----- Na receita, de inscrições/reforços, o valor de 1.146.000,00 €.-----
----- Na despesa, de inscrições/reforços, o valor de 1.146.000,00 €.-----
----- Nas Grandes Opções do Plano, o reforço de 1.099.000,00 €. -----
----- A Câmara Municipal, depois de analisar estes dois documentos de gestão, deliberou por unanimidade aprová-los e submete-los à Assembleia Municipal nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro. -----
----- Nos termos do disposto no nº 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.1.3 – Federação de Caça e Pesca da Beira Litoral – Quota 2107

----- Foi presente uma informação do Serviço de Contabilidade, do seguinte teor: -----
----- “ O Município de Pampilhosa da Serra recebeu um e-mail da Federação de Caça e Pesca da Beira Litoral, a informar que o valor da quota para o ano 2017 é de 160,00 €. -----
----- Solicita-se assim, que seja deliberado o pagamento do referido montante. Segue em anexo o respetivo e-mail bem como o comprovativo dos Fundos Disponíveis.” -----
----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----
----- Nos termos do disposto no nº 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.1.4 - Pedido de Autorização Prévia dos Investimentos a serem financiados por Empréstimo a Médio e Longo Prazos



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- A Lei nº 73/2013, de 2 de setembro, que estabelece o RFALEI-Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, determina no nº 2, do artigo 51º, que os investimentos a serem financiados por empréstimos de médio e longo prazos, para além de serem identificados no contrato de empréstimo, quando ultrapassam 10% das despesas de investimento previstas no Orçamento de exercício, são submetidos, independentemente da sua inclusão do PPI-Plano Plurianual de Investimentos, a discussão e autorização prévia da Assembleia Municipal. -----

----- Existindo a pretensão de contratar um empréstimo de médio e longo prazos (16 anos), no montante até € 2 000 000,00, para financiar um conjunto de investimentos que ultrapassam os 10% das despesas de investimento do orçamento de exercício (€ 2 468 800,00), torna-se imprescindível a discussão e autorização prévia da Assembleia Municipal. -----

----- Assim, e tendo presente o que atrás foi dito os investimentos a autorizar são os seguintes: -----

ANEXO I

QUADRO DE INVESTIMENTOS

2016

PPI				Código Classificação Orçamental		Designação	Dotação Atual Definida €	Valor do Investimento €	Valor a Financiar €
Objetivo	Programa	Projeto	Ação						
02	211	2016/14	02	0102	07010305	Requalificação da Escola EBI	171.000,00	803.000,00	560.000,00
02	246	2016/28	02	0102	07010405	Requalificação do Cabecinho/Pampilhosa da Serra	1.000,00	1.250.000,00	390.000,00
02	246	2015/62	02	0102	07010406	Parque Autocaravana	1.000,00	400.000,00	400.000,00
02	246	2016/56	01	0102	07010307	Requalificação cemitério de Pampilhosa da Serra	3.000,00	70.000,00	60.000,00
03	331	2007/37	01	0102	07010401	Quinta S. Martinho 2ª Fase - obras de urbanização	210.000,00	300.000,00	140.000,00
03	331	2016/50	02	0102	07010401	Arruamentos em Portas do Souto	1.500,00	100.000,00	100.000,00
03	341	2015/41	02	0102	07010307	Requalificação do Mercado Municipal	87.500,00	997.000,00	350.000,00
TOTAL							475.000,00	3.920.000,00	2.000.000,00

----- Após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a proposta de investimentos a serem financiados por empréstimo a médio e longo prazos e solicitar



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

à Assembleia Municipal a autorização dos citados investimentos, nos termos da alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º, e alínea f) do nº 1 do artigo 25º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para cumprimento do nº 2 do artigo 51º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

3.1.5 - Contratação de Empréstimo a Médio e Longo Prazos, até ao Montante de 2.000.000,00 €

1. Aprovação do Relatório final da adjudicação da contratação de empréstimo a médio e longo prazos, nos termos do relatório de análise de propostas.

----- Foi presente o relatório de análise preliminar e final, submetido pelo júri do concurso, nomeado por deliberação do órgão executivo de 14 de dezembro de 2016, para a contratação de empréstimo a médio e longo prazos, até ao montante de 2.000.000,00 €. Após análise, a Câmara deliberou por unanimidade aprovar e optar pela entidade financiadora, Caixa de Crédito Agrícola-Zona do Pinhal, CRL, que apresenta as condições mais vantajosas, observada a capacidade de endividamento do Município. Pelo que se solicita e submete à Assembleia Municipal de Pampilhosa da Serra, nos termos da alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º, e da alínea f) do nº 1 do artº 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, autorização para ao abrigo dos artigos 49º e 51º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, contrair um empréstimo de médio e longo prazos a 16 anos, até € 2.000.000,00, a afetar aos investimentos anteriormente enumerados. -----

2. Autorização de assunção de compromissos plurianuais

----- Mais deliberou solicitar à Assembleia Municipal, nos termos da alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º, e da alínea f) do nº 1 do artº 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a assunção do compromisso plurianual ao contrato de empréstimo em consideração, para cumprimento da alínea c) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, de acordo com o quadro infra: -----

ANO	CÓDIGO ORÇAMENTAL	AMORTIZAÇÃ O DE CAPITAL	CÓDIGO ORÇAMENTAL	JUROS	DESPESA TOTAL
2017		0,00		28.794,45	28.794,45
2018		0,00		28.794,45	28.794,45



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

2019	01.02/10.06.03	130.070,50	01.02/03.01.03.02	27.709,42	157.779,92
2020		131.927,35		25.852,57	157.779,92
2021 a 2032		1.738.002,15		155.356,84	1.893.358,99
TOTAL		2.000.000,00		266.507,73	2.266.507,73

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

4 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA

4.1 - SERVIÇOS JURÍDICOS

4.1.1 - Junta de Freguesia de Janeiro de Baixo - Pedido de Apoio Financeiro para obras de restauro dos Cemitérios da Freguesia

----- Foi presente um ofício da Junta de Freguesia de Janeiro de Baixo, datado de 26/01/2017, no qual solicita apoio financeiro no montante de 5.000,00 €, destinado a comparticipar as obras de restauro dos Cemitérios da Freguesia. -----

----- A Câmara Municipal, após análise e tendo presente a Informação de Cabimento e o comprovativo de fundos disponíveis emitidos pela Secção Financeira, deliberou por unanimidade aprovar e, no âmbito das suas competências materiais, ao abrigo do disposto na al. ccc), do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12/09, propor à Assembleia Municipal a concessão de apoio financeiro no valor de 5.000,00 € (cinco mil euros) à Freguesia de Janeiro de Baixo, destinado a comparticipar financeiramente os custos decorrentes da execução das obras de restauro nos cemitérios da Freguesia de Janeiro de Baixo. -----

----- Mais deliberou remeter a presente deliberação aos Serviços Jurídicos do Município para efeitos de elaboração de minuta de Protocolo e submeter também à apreciação e deliberação por parte da Assembleia Municipal. -----

----- Nos termos do disposto no nº 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4.1.2 - Grupo Cultural e Recreativo de Pampilhosa da Serra - Pedido de Apoio Financeiro - Cortejo de Carnaval

----- Foi presente um ofício do Grupo Cultural e Recreativo de Pampilhosa da Serra, datado de 30-01-2017, no qual solicita apoio financeiro no montante de 8.000,00 €,



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

destinado à prossecução das suas atividades de carácter cultural e recreativo desenvolvidas em anos anteriores, nomeadamente a realização do Cortejo de Carnaval. --

----- A Câmara Municipal, após análise e tendo presente a Informação de Cabimento e o comprovativo de fundos disponíveis emitidos pela Secção Financeira, deliberou por unanimidade conceder apoio financeiro no valor de 8.000,00 € (oito mil euros) ao Grupo Cultural e Recreativo de Pampilhosa da Serra para os fins acima mencionados, mediante Protocolo. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4.1.3 - Minuta de Protocolo de Colaboração, a celebrar entre o Município de Pampilhosa da Serra e a B.A.D.A - Bike Associação de Desporto e Aventura - 2ª Etapa da Taça de Portugal DHI, em Pampilhosa da Serra - 18 e 19 de março de 2017

----- Na sequência da proposta apresentada pela B.A.D.A - Bike Associação Desporto e Aventura, para a realização da 2ª etapa da Taça de Portugal DHI, nos dias 18 e 19 de março de 2017, em Pampilhosa da Serra, foi presente a Minuta de Protocolo de Colaboração, a celebrar entre o Município de Pampilhosa da Serra e a B.A.D.A - Bike Associação de Desporto e Aventura, cujo objeto consiste: -----

----- 1 - Atribuição de apoio não financeiro, tendente a assegurar a divulgação local do evento, o apoio humano e logístico necessário à realização da prova, ; -----

----- 2 - Atribuição de apoio financeiro no montante de 9.950,00 € (nove mil novecentos e cinquenta euros) com vista a compartilhar os encargos inerentes à realização da 2ª etapa da Taça de Portugal DHI, nos dias 18 e 19 de março de 2017, em Pampilhosa da Serra. -----

----- A verba consignada no presente Protocolo, está conforme a informação emitida pelos Serviços Financeiros da Autarquia. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento do teor do Protocolo de Colaboração e, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4.1.4 - Proposta de Protocolo de Colaboração com a SATA Internacional Azores Airlines, S.A., SATA AIR AÇORES - Sociedade Açoriana de Transportes Aéreos e Município de Pampilhosa da Serra



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente uma Proposta de Protocolo de Colaboração com a SATA Internacional - Azores Airlines, S.A., SATA AIR AÇORES - Sociedade Açoriana de Transportes Aéreos, a celebrar com o Município de Pampilhosa da Serra. -----

----- As supra referidas companhias propõem ao Município de Pampilhosa da Serra a celebração de um Protocolo que, para além de não comportar quaisquer contrapartidas financeiras às empresas proponentes, as quais solicitam apenas a divulgação do Grupo SATA, visa criar condições preferenciais na aquisição de produtos SATA e a atribuição de determinado número de viagens ao Município e seus funcionários. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento do conteúdo da Proposta de Protocolo de Colaboração em apreço e, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

5 - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

5.1 - Protocolo de Concessão de Apoio Financeiro

- Pinhais do Zêzere - Associação para o Desenvolvimento.

----- Foi presente um ofício da Pinhais do Zêzere - Associação para o Desenvolvimento, a propor a minuta do Protocolo de Concessão de Apoio Financeiro. -----

----- Após análise e tendo presente o parecer elaborado no ano transato pela Sociedade de Advogados Veiga e Moura e Associados, sediada em Coimbra, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a referida minuta do Protocolo de Concessão de apoio Financeiro, no valor de 624.000,00 € (seiscentos e vinte e quatro mil euros), durante o ano de 2017, conforme cláusula 8ª da minuta do referido Protocolo. -----

----- O presente encargo tem cabimento orçamental na rubrica das Grandes Opções do Plano com a seguinte classificação: 04 430 2016/6037 Ac. 1, e 0102 - 040701. -----

----- Não participaram na votação o Sr. Presidente da Câmara Municipal José Alberto Pacheco Brito Dias e a Srª Vereadora Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé, por impedimento legal. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Vice-Presidente, Jorge Alves Custódio, para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

6 - DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO

6.1 - OBRAS PÚBLICAS

6.1.4 - Aluguer, montagem, decoração e desmontagem de stand na BTL e FIA 2017_Dispensa da verificação das condições previstas do nº2 do artigo 49º da Lei nº42/2016 de 28/12 (LOE 2017) e autorização nos termos do nº3 do artigo 49º da Lei nº42/2016 de 28/12 (LOE 2017)

----- Foi presente uma Informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----
----- " Na sequência da necessidade de ser contratada a prestação de serviço em epígrafe, cumpre-me informar o seguinte: -----

----- I - Enquadramento legal da necessidade de verificação das condições previstas do nº2 do artigo 49º da Lei nº42/2016 de 28/12 (LOE 2017) e autorização nos termos do nº3 do artigo 49º da Lei nº42/2016 de 28/12 (LOE 2017) -----

A. De acordo com o nº2 do artigo 49º da Lei nº42/2016 de 28/12 (LOE 2017), os valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2017, venham a renovar -se ou a celebrar-se com idêntico objeto ou contraparte de contrato vigente em 2016, não podem ultrapassar: -----

a. Os valores pagos em 2016, considerando o valor total agregado dos contratos, sempre que a mesma contraparte preste mais do que um serviço ao mesmo adquirente; ou -----

b. O preço unitário, caso o mesmo seja aritmeticamente determinável ou tenha servido de base ao cálculo dos valores pagos em 2016. -----

B. De acordo com o nº3 do artigo 49º da Lei nº42/2016 de 28/12 (LOE 2017), em situações excecionais, prévia e devidamente fundamentadas pelo dirigente máximo do serviço com competência para contratar, e após aprovação do membro do Governo responsável em razão da matéria, o membro do Governo responsável pela área das finanças pode autorizar a dispensa do disposto nos números anteriores; -----

C. Nas Autarquias Locais, a referida autorização é da competência do órgão executivo (Câmara Municipal); -----

II - Do contrato de aquisição/prestação de serviços a celebrar -----

----- Considerando: -----

1) Que o objeto do presente contrato consiste na contratação dos serviços designado por "Aluguer, montagem, decoração e desmontagem de stand na BTL e FIA 2017";-----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

- 2) Em 2016 o Município contratou serviços similares no montante de 25.900,00 €, acrescido de IVA à taxa legal de 23%;-----
- 3) O preço base da prestação de serviços ora em análise será de 50.500,00 €, acrescido de IVA à taxa legal de 23%, pelo que o valor da adjudicação será superior ao verificado em 2016; -----
- 4) O valor base é superior dado que para o corrente ano o Município pretende introduzir uma componente tecnológica considerável, através de pavimento em Led e écrans de grandes dimensões, de modo a tornar a presença nas feiras mais apelativa e interativa, o que encarece a prestação do serviço; -----
- 5) Que o procedimento será realizado por ajuste direto nos termos da alínea a) do artigo 20º do CCP; -----
- 6) Que serão cumpridos todos os requisitos legais previstos no CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 18-A/2008 de 28 de Março e alterado pelo Decreto – Lei n.º 278/2009 de 2 de Outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de Abril e pelo Decreto – Lei n.º 131/2010, de 14 de Dezembro e Decreto-Lei n.º 149/2012 de 12 de julho; -----
- 7) Que serão consultadas as seguintes entidades: -----
 - a) Pirotecnia Oleirense, Lda, com sede em Pinheiros Novos, 6160-428 Oleiros; -----
 - b) Cenários de Cor, Lda, com sede no Parque de Campismo de Açude Pinto, 6160-303 OLEIROS; -----
 - c) Ideias Não Faltam, Lda, com sede na Av. Aliança Povo MFA, Parque Tecnológico da Mutela, Gab 202, 2804-537 Almada; -----
 - d) Un Party Unipessoal, Lda, com sede na Avenida Nações Unidas, nº31, 2º Esqº, 1600-531 LISBOA; -----
 - e) Creative Led, Lda, com sede na Rua da Igreja, 32, Terrugem, 7350-491 ELVAS
- 8) O Município não possui recursos técnicos e humanos da especialidade próprios para o desenvolvimento e execução dos serviços. É pois impossível satisfazer as necessidades por via dos recursos próprios do Município ou de outros serviços, organismos ou entidades da Administração Pública, de que beneficie o serviço com competência para contratar (Município).-----

III – Da proposta em sentido estrito -----

----- Assim, proponho que a Câmara Municipal autorize o presente procedimento de contratação de serviços nos termos e com os fundamentos acima mencionados. -----

----- À consideração superior.” -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade autorizar o presente procedimento de contratação de serviços nos termos e com os fundamentos acima mencionados. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

6.1.5 - Requalificação do Rio Unhais_Pampilhosa da Serra

- Código da operação: CENTRO-08-0631-feder-019028
- Restituição de verbas de participações recebidas

----- Foi presente uma Informação dos Serviços Técnicos de Obras e Urbanismo, do seguinte teor: -----

----- Tendo em consideração a operação em epígrafe, a Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., através do ofício ADCOESAO/S/241/2017 de 20/01/2017 enviou uma notificação de reposição referente à operação em epígrafe, no montante de 4.381,17 €.

----- Após análise dos elementos recebidos e do processo em causa existente nos arquivos deste Município, verificou-se o seguinte: -----

----- 1) Investimento elegível inicialmente aprovado: 2.679.321,16 €; -----

----- 2) Participação inicialmente aprovada: 2.143.456,93 €; -----

----- 3) Investimento elegível final: 2.447.100,77 €; -----

----- 4) Participação final: 2.080.035,65 €; -----

----- 5) Participação recebida: 2.084.416,82 €; -----

----- 6) Valor a devolver: 4.381,17 € (2.084.416,82 € - 2.080.035,65 €); -----

----- Aquando do encerramento final, conforme ficha de encerramento aprovada pela Comissão Diretiva do PO Centro em 26/07/2016, foi apurado um montante elegível de 2.447.100,77 € e uma participação de 2.080.035,65 €. -----

----- O Município, ao longo do período de execução da operação recebeu um total de participação de 2.084.416,82 €, logo superior à participação devida. -----

----- Do atrás referido, apura-se que o valor de reposição reclamado pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., através do ofício ADCOESAO/S/241/2017 de 20/01/2017, no montante de 4.381,17 € está correto. -----

----- Nestes termos, proponho que seja reposta a quantia de 4.381,17 € nos termos da comunicação que se anexa, devendo ser tido em consideração o prazo aí referido. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

7- DIVISÃO SOCIOCULTURAL E EDUCATIVA

7.1 - GABINETE DE AÇÃO SOCIAL

7.1.1 - Pedido de apoio a mensalidades - Residência de Estudantes

----- Foi presente uma informação do Gabinete de Ação Social, do seguinte teor: -----
 ----- “ No âmbito do pedido de apoio para as mensalidades da Residência de Estudantes no ano letivo 2016/2017 e tendo em conta a deliberação em reunião de Câmara do dia 14/11/2016, venho pelo presente remeter duas novas propostas de apoio: -----

Nome do Aluno	Residência	Escalão de Subsídio	Mensalidade	Valor a pagar pelo Município	Valor a pagar pela Família
Pedro Miguel de Oliveira Costa	Janeiro de Cima	A	41,92 €	33,54 €	8,38 €
Paulo Jorge de Oliveira Costa	Janeiro de Cima	A	41,92 €	33,54 €	8,38 €

----- À consideração superior.” -----
 ----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----
 ----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

7.2 - CULTURA

7.2.1 - Agrupamento de Escolas de Arganil

Proposta de realização de três estágios de formação em contexto de trabalho, no Município de Pampilhosa da Serra

----- Foi presente uma Informação da Divisão Sócio-Cultural e Educativa, do seguinte teor: -----

----- “ No seguimento do pedido do Agrupamento de Escolas de Arganil para realização de três estágios de formação em contexto de trabalho, no Município de Pampilhosa da Serra, cumpre-me informar do seguinte: -----

----- 1 - Os três alunos propostos para estágio são oriundos e residentes no concelho de



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

Pampilhosa da Serra: Hugo Daniel Almeida Brito (11º ano); Ruben Marco Gonçalves Simões (11º ano) e Daniel Santos Gaspar (12º ano).-----

----- 2 - Estes alunos frequentam o Curso Profissional Técnico de Multimédia; -----

----- 3 - As datas pretendidas para realização dos estágios são: -----

----- 11º ano - 06 de março a 08 de maio de 2017; -----

----- 12º ano - 08 de maio a 06 de julho de 2017. -----

----- Face ao exposto, coloca-se à consideração superior a realização no Município dos três estágios propostos." -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar o respetivo Protocolo. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

7.2.2 - Início de Procedimento de Elaboração do Projeto de Regulamento da Ludoteca Municipal "PAMPILHO"

----- Foi presente a seguinte proposta da Senhora Vereadora Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé: -----

----- A Ludoteca Pampilho foi criada em 1998, ao abrigo de um projeto aprovado no âmbito do Programa "Ser Criança", constituindo um serviço de caráter lúdico-pedagógico dirigido a crianças e jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 15 anos de idade. -----

----- Desde essa data, este equipamento teve como entidade jurídica de suporte a Santa Casa da Misericórdia de Pampilhosa da Serra, tendo em conta os apoios financeiros estatais inerentes à prossecução dos objetivos, e como entidade de coordenação de equipamento e do pessoal afeto, a Câmara Municipal. Esta ligação foi reforçada pela ratificação do Protocolo primitivo, aprovada em Reunião de Câmara de 07/06/2000. -----

----- No entanto, tendo em conta a cessação deste protocolo de colaboração, a refuncionalização do equipamento, como forma de melhor responder às necessidades das famílias e a mudança de instalações da Ludoteca "Pampilho" para o Edifício JIRA-Juventude, Inovação e Residência de Arte, verifica-se a necessidade de criação de um quadro regulamentar que, por um lado, informe os utilizadores dos direitos e deveres que possuem ao frequentar a Ludoteca Municipal "Pampilho" e, por outro, estabeleça as condições de acesso e permanência dos mesmos, no espaço afeto ao funcionamento da Ludoteca "Pampilho". -----

----- Assim, -----

----- De acordo com as alíneas k) e ee) do nº 1 o art.33º do Anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, atenta a sua atual redação em vigor, compete à Câmara Municipal: -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- a) Elaborar e submeter à Assembleia Municipal os projetos de regulamento externos do Município, bem como aprovar regulamentos internos; (al. k)); -----

----- b) Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei sob administração municipal (al. ee); -----
[pese embora a competência prevista na al. ee) do supra referido normativo legal ter sido delegada pela Câmara Municipal, por deliberação tomada em 15/10/2013, no Senhor Presidente da Câmara Municipal, a competência constante da al. k) do nº 1 do artigo 33º mantém-se, por ser indelegável, na Câmara Municipal] -----

----- E porque: -----

----- Determina o nº 1 do art. 98º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro, que o início do procedimento de elaboração de um regulamento seja publicitado na internet, no sítio do Município, com a indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, do seu objeto e da forma como se deve processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento; -----

----- Face ao exposto, **tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra que**, no uso dos poderes regulamentares conferidos às autarquias locais pelo artigo 241º da Constituição da República Portuguesa, do nº 1 do art. 98º do CPA e no âmbito da competência prevista na alínea k) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, **após apreciação, delibere:** -----

----- 1. Dar início ao procedimento de elaboração do Regulamento a Ludoteca Municipal “Pampilho”, que deverá conter normas jurídicas gerais e abstratas, que definam os direitos e deveres dos seus utilizadores e estabeleçam as condições de acesso e permanência dos mesmos, no espaço afeto ao funcionamento a Ludoteca “Pampilho”; --

----- 2. Proceder à publicitação no sítio do Município, na Internet do início do procedimento, nos moldes previstos no artigo 98º do CPA; -----

----- 3. Que a constituição, como interessados, no procedimento da elaboração do Regulamento se processe por meio de requerimento endereçado ao Presidente da Câmara Municipal, identificando devidamente o requerente e o procedimento, por correio postal, remetido pela Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, Rua Rangel de Lima, 3320-229 Pampilhosa da Serra, ou por via eletrónica para municipio@cm-pampilhosadaserra.pt, no prazo máximo de 12 dias a contar da publicitação, no sítio do Município na Internet, do início do mesmo; -----

----- 4. Que a apresentação e contributos para a elaboração do Regulamento se processe por meio de requerimento endereçado ao Presidente da Câmara Municipal, identificando devidamente o requerente e o procedimento, por correio postal, remetido para Câmara



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

Municipal de Pampilhosa da Serra, Rua Rangel de Lima, 3320-229 Pampilhosa da Serra, ou por via eletrónica para municipio@cm-pampilhosadaserra.pt, no prazo máximo de 12 dias a contar da publicitação, no sítio do Município na Internet, do início do mesmo. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar: -----

----- 1. Dar início ao procedimento de elaboração do Regulamento a Ludoteca Municipal "Pampilho", que deverá conter normas jurídicas gerais e abstratas, que definam os direitos e deveres dos seus utilizadores e estabeleçam as condições de acesso e permanência dos mesmos, no espaço afeto ao funcionamento a Ludoteca "Pampilho"; --

----- 2. Proceder à publicitação no sítio do Município, na Internet do início do procedimento, nos moldes previstos no artigo 98º do CPA; -----

----- 3. Que a constituição, como interessados, no procedimento da elaboração do Regulamento se processe por meio de requerimento endereçado ao Presidente da Câmara Municipal, identificando devidamente o requerente e o procedimento, por correio postal, remetido pela Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, Rua Rangel de Lima, 3320-229 Pampilhosa da Serra, ou por via eletrónica para municipio@cm-pampilhosadaserra.pt, no prazo máximo de 12 dias a contar da publicitação, no sítio do Município na Internet, do início do mesmo; -----

----- 4. Que a apresentação e contributos para a elaboração do Regulamento se processe por meio de requerimento endereçado ao Presidente da Câmara Municipal, identificando devidamente o requerente e o procedimento, por correio postal, remetido para Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, Rua Rangel de Lima, 3320-229 Pampilhosa da Serra, ou por via eletrónica para municipio@cm-pampilhosadaserra.pt, no prazo máximo de 12 dias a contar da publicitação, no sítio do Município na Internet, do início do mesmo. --

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

7.2.3 - Início de Procedimento de Elaboração do Projeto de Regulamento das Atividades de Animação e de Apoio à Família

----- Foi presente a seguinte proposta da Senhora Vereadora Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé: -----

----- Considerando que a educação pré-escolar é a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida, sendo complementar da ação educativa de família, com a qual deve estabelecer estreita cooperação, favorecendo a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança, tendo em vista a sua plena inserção na sociedade como ser autónomo, livre e solidário; -----

----- Considerando que as atividades de animação socioeducativas são uma estratégia



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

complementar do sistema educativo, em que os Municípios, para além do planeamento e gestão educativa, têm como competência assegurar as atividades da Componente de Apoio à Família e proporcionar espaços de autonomia e socialização da criança, tendo em conta o princípio da igualdade de oportunidades no acesso da aprendizagem; -----

----- Tendo em conta que os Municípios detêm atribuições no domínio da educação e tempos livres, conforme disposto nas als. d) e f), do nº 2 do art. 23º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e que as Atividades de Animação e de Apoio à Família deverão ser implementadas preferencialmente pelos Municípios, atento o disposto no nº 3 do art. 3º da Portaria nº 644-A/2015, de 24 de agosto; -----

----- Tendo o Município de Pampilhosa da Serra, de há alguns anos a esta parte, chamado a si a implementação, organização e funcionamento das mesmas, disponibilizando espaços e meios técnicos e humanos para o efeito, verifica-se a necessidade de criação de um quadro regulamentar que defina normas de organização e funcionamento das Atividades de Animação e Apoio à Família, que se destinam a assegurar o acompanhamento das crianças na educação pré-escolar, da rede pública do concelho de Pampilhosa da Serra. -----

----- Urge, pois, estabelecer um conjunto de normas jurídicas gerais e abstratas que definam e informem, clara e objetivamente, os direitos e deveres das crianças inscritas, as condições de inscrição e frequência, o modo de organização e funcionamento das AAAF. -----

----- Assim, -----

----- De entre o conjunto de atribuições cometidas, por lei, às autarquias locais, cabem especificamente aos municípios atribuições nos domínios da educação e tempos livres; ---

----- De acordo com as alíneas k) e ee) do nº 1 o art. 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, atenta a sua atual redação em vigor, compete à Câmara Municipal: -----

----- a) Elaborar e submeter à Assembleia Municipal os projetos de regulamento externos do Município, bem como aprovar regulamentos internos; (al. k)); -----

----- b) Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei sob administração municipal (al. ee)); -----

[pese embora a competência prevista na al. ee) do supra referido normativo legal ter sido delegada pela Câmara Municipal, por deliberação tomada em 15/10/2013, no Senhor Presidente da Câmara Municipal, a competência constante da al. k) do nº 1 do artigo 33º mantém-se, por ser indelegável, na Câmara Municipal] -----

----- E porque: -----

----- Determina o nº 1 do art. 98º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro, que o início do procedimento de elaboração de um regulamento seja publicitado na internet, no sítio do Município, com a



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, do seu objeto e da forma como se deve processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento; -----

----- Face ao exposto, **tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra que**, no uso dos poderes regulamentares conferidos às autarquias locais pelo artigo 241º da Constituição da República Portuguesa, do nº 1 do art. 98º do CPA e no âmbito da competência prevista na alínea k) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, **após apreciação, delibera:** -----

----- 1. Dar início ao procedimento de elaboração do Regulamento das Atividades de Animação e de Apoio à Família, que deverá conter normas jurídicas gerais e abstratas, que definam o modo de organização e funcionamento das Atividades de Animação e de Apoio à Família; -----

----- 2. Proceder à publicitação no sítio do Município, na Internet do início do procedimento, nos moldes previstos no artigo 98º do CPA; -----

----- 3. Que a constituição, como interessados, no procedimento da elaboração do Regulamento se processe por meio de requerimento endereçado ao Presidente da Câmara Municipal, identificando devidamente o requerente e o procedimento, por correio postal, remetido pela Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, Rua Rangel de Lima, 3320-229 Pampilhosa da Serra, ou por via eletrónica para municipio@cm-pampilhosadaserra.pt, no prazo máximo de 12 dias a contar da publicitação, no sítio do Município na Internet, do início do mesmo; -----

----- 4. Que a apresentação e contributos para a elaboração do Regulamento se processe por meio de requerimento endereçado ao Presidente da Câmara Municipal, identificando devidamente o requerente e o procedimento, por correio postal, remetido para Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, Rua Rangel de Lima, 3320-229 Pampilhosa da Serra, ou por via eletrónica para municipio@cm-pampilhosadaserra.pt, no prazo máximo de 12 dias a contar da publicitação, no sítio do Município na Internet, do início do mesmo. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal **deliberou por unanimidade aprovar:** -----

----- 1. Dar início ao procedimento de elaboração do Regulamento das Atividades de Animação e de Apoio à Família, que deverá conter normas jurídicas gerais e abstratas, que definam o modo de organização e funcionamento das Atividades de Animação e de Apoio à Família; -----

----- 2. Proceder à publicitação no sítio do Município, na Internet do início do procedimento, nos moldes previstos no artigo 98º do CPA; -----

----- 3. Que a constituição, como interessados, no procedimento da elaboração do Regulamento se processe por meio de requerimento endereçado ao Presidente da Câmara Municipal, identificando devidamente o requerente e o procedimento, por



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

correio postal, remetido pela Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, Rua Rangel de Lima, 3320-229 Pampilhosa da Serra, ou por via eletrónica para municipio@cm-pampilhosadaserra.pt, no prazo máximo de 12 dias a contar da publicitação, no sítio do Município na Internet, do início do mesmo; -----

----- 4. Que a apresentação e contributos para a elaboração do Regulamento se processe por meio de requerimento endereçado ao Presidente da Câmara Municipal, identificando devidamente o requerente e o procedimento, por correio postal, remetido para Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, Rua Rangel de Lima, 3320-229 Pampilhosa da Serra, ou por via eletrónica para municipio@cm-pampilhosadaserra.pt, no prazo máximo de 12 dias a contar da publicitação, no sítio do Município na Internet, do início do mesmo. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

ENCERRAMENTO

----- Não havendo mais assuntos a tratar, foi declarada encerrada a reunião, quando eram onze horas, dela se lavrando esta ata, que foi posteriormente assinada pelo Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim, Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica, que redigi e subscrevi. -----




